

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.572 - ES (2019/0350874-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE SERRA - SJ/ES
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE MARINGÁ - SJ/PR
INTERES. : ANA CLAUDIA SCHUAB FARIA DE PAULA
ADVOGADOS : JULIO CEZAR MOREIRA - RJ125587
ANA CAROLINA LOURES BRAGA GRANDE E OUTRO(S) - RJ172272
INTERES. : EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSEH
INTERES. : HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
INTERES. : INSTITUTO AOCP

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo Federal da 1ª Vara de Serra - SJ/ES e o Juízo Federal da 1ª Vara de Maringá - SJ/PR, nos autos da Ação Ordinária movida contra o Instituto AOCP e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

O Juízo Federal da 1ª Vara de Serra - SJ/ES declarou-se incompetente por entender:

A competência territorial, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, é absoluta (art. 3º, §3º c/c art. 20, ambos da Lei 10.259/01), devendo a ação ser proposta no domicílio da parte autora.

A matéria já foi enfrentada pela Turma Recursal do Paraná, que afirmou não ficar ao talante da parte autora a escolha do local para o ajuizamento da demanda, pois o órgão judicial competente é o JEF do local de seu domicílio, competência esta absoluta, em razão do valor da causa, da natureza da ação e da matéria (processo nº 2002.70.00.070565-1, Relator Juiz Federal Márcio Antônio Rocha, julgado em 26/02/2003)

Por sua vez, o Juízo Federal da 1ª Vara de Maringá - SJ/PR suscitou o presente Conflito, sob o argumento de que:

O presente feito foi ajuizado em face da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH, do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA e do INSTITUTO AOCP, os quais estão sediados em locais diversos. Considerando que o INSTITUTO AOCP é a empresa responsável pela realização do concurso e, consequentemente, pela análise da

documentação discutida nos presentes autos e tem representação em Maringá/PR, a autora, residente em Serra/ES, não deve obrigar que o litígio seja julgado em seu domicílio, devendo ser fixada a competência do Juízo Federal de Maringá/PR.

Nessa esteira, por tratar-se de critério fixador de competência absoluta, que não pode ser prorrogada e pode ser conhecida de ofício, segundo o art. 64, § 1º, do CPC/15 - § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício - e o Enunciado Cível nº 89, do FONAJE (A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis - XVI Encontro – Rio de Janeiro/RJ), cumpre reconhecer a incompetência absoluta deste Juízo. A respeito do assunto, leciona Humberto Theodoro Júnior:

Dispensei manifestação do Ministério Público Federal, tendo em vista cuidar-se de questão já conhecida desta Corte.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.11.2019.

A Lei 10.259/2001, que dispõe a respeito dos Juizados Especiais Federais, não possui regra específica relativamente à distribuição da competência territorial.

Conforme autoriza o art. 1º do referido diploma, aplica-se subsidiariamente o disposto no art. 4º da Lei 9.099/1995, que dispõe:

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Dessa forma, exceto nas ações de reparação de danos – nas quais a competência é determinada de acordo com o domicílio do autor – e nas ações de obrigação de fazer – em que a competência é estabelecida pelo lugar onde a obrigação deve ser satisfeita –, nas demais demandas o juízo competente será o do "domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório".

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 4º DA LEI 9.099/95. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de conflito de competência envolvendo Juizados Especiais Federais vinculados a Turmas Recursais diversas, ainda que integrantes da mesma Seção Judiciária.

2. A Lei 10.259/2001, que dispõe a respeito dos Juizados Especiais Federais, não possui regra específica relativamente à distribuição da competência territorial. Por essa razão, conforme autoriza o art. 1º da referida lei, deve ser aplicado subsidiariamente o disposto no art. 4º da Lei 9.099/95. Assim, exceto nas ações de reparação de danos, nas quais a competência é determinada de acordo com o domicílio do autor, e nas ações de obrigação de fazer, em que a competência é estabelecida pelo lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, nas demais demandas o Juízo competente será o do "domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório".

(...)

(CC 104.044/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2009, DJe 01/07/2009)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAIS DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS VINCULADOS A TURMAS RECURSAIS DIVERSAS. COMPETÊNCIA DO STJ. AÇÃO PARA CORREÇÃO DE SALDOS DE POUPANÇA MOVIDA POR POUPADOR CONTRA O BANCO CENTRAL DO BRASIL. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que juízo de juizado especial não está vinculado jurisdicionalmente ao tribunal com quem tem vínculo administrativo, já que tem suas decisões revistas por turmas recursais formadas por julgadores da primeira instância. A competência para apreciar os conflitos entre juizados especiais federais vinculados a turmas recursais diferentes, ainda que da mesma seção judiciária, é do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do ar. 105, I, "d", da Constituição Federal.

2. É do Juizado Especial Federal a competência para causa de valor inferior a sessenta salários mínimos, visando ao pagamento de diferenças de correção monetária de caderneta de poupança, ajuizada contra o Banco Central do Brasil. Aplicável à hipótese, subsidiariamente, o inciso I do art. 4º da Lei nº 9.099/95, segundo o qual é competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça

atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório. Precedente: CC 80.079/SP, 2ª Seção, Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 03/09/2007.

3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Federal do Juizado Especial Cível da Subseção Judiciária de São Paulo - SP, o suscitado.

(CC 95.833/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/09/2008, DJe 20/10/2008, grifei).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS VINCULADOS A TURMAS RECURSAIS DIVERSAS, EMBORA INTEGRANTES DA MESMA SEÇÃO JUDICIÁRIA. ART. 105, I, 'D', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 1º DA LEI 10.259/2001 C/C ART. 4º, I, DA LEI 9.099/95.

1. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar conflito de competência envolvendo Juizados Especiais Federais vinculados a Turmas Recursais diversas, ainda que integrantes da mesma Seção Judiciária.

2. A Lei 9.099/95 se aplica aos Juizados Especiais Federais, no que não for conflitante com a Lei 10.259/2001.

3. A regra do Art. 3º, § 3º, da Lei 10.259/2001 deve ser interpretada de acordo com o Art. 4º da Lei 9.099/95.

4. Se a ação não for de reparação de dano (Art. 4º, III, da Lei 9.099/95), o autor deve dirigir sua pretensão ao Juizado Especial Federal da cidade onde o réu esteja situado ou tenha representação.

(CC 80.079/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2007, DJ 03/09/2007).

Ante o exposto, **conheço do Conflito e declaro competente o Juízo Federal da 1ª Vara de Maringá - SJ/P, o suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator